

EUA condicionam ajuda ao saneamento da economia

Dívida Ext

sábado, 22/7/89 □ 1º caderno □ 13



São Paulo — Murilo Menon

SÃO PAULO — Enquanto o Brasil não solucionar os seus problemas econômicos internos, principalmente o da inflação, o país não conseguirá se candidatar a receber recursos para participar do programa de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento lançado pelos governos dos países industrializados após a posse do novo presidente dos Estados Unidos, George Bush, em conjunto com órgãos multilaterais de crédito. Além disso, sem um melhor desempenho econômico interno brasileiro, os países desenvolvidos não vão prestar nenhum socorro transitório para regularizar problemas de liquidez de caixa do Brasil.

O acesso a esses recursos da comunidade internacional, portanto, nada tem a ver com uma protelação proposital dos credores no sentido de se aguardar as eleições presidenciais e a posse do novo governo brasileiro. Esse transparente e duro posicionamento foi transmitido ontem, via Embratel, pelo sub-secretário do Tesouro para Assuntos Internacionais dos Estados Unidos, David Mulford, em entrevista internacional simultânea envolvendo jornalistas brasileiros, mexicanos e venezuelanos. As respostas de Mulford foram transmitidas ao vivo através de um telão instalado no auditório do Consulado dos Estados Unidos, em São Paulo.

De início, os jornalistas mexicanos ficaram sabendo de Mulford que o acordo entre seu país com os bancos para utilização de recursos dos países industrializados (só US\$ 24 bilhões ao total, sem limite pré-estabelecido para qualquer país) para a redução de sua dívida deverá ser assinado em uma semana. Para os venezuelanos, Mulford não foi tão

Mulford: declarações duras

alvissareiro, já que as negociações com os bancos apenas começaram, da mesma forma como o plano de recuperação econômica da Venezuela.

Mecanismos — A redução da dívida externa dos países em desenvolvimento está sendo montada com diferentes mecanismos de aproveitamento de uma realidade de mercado. Isto é, os países e bancos se apropriam de alguma forma do desconto existente no mercado secundário de títulos da dívida externa e podem se utilizar de vários dispositivos previstos, como, por exemplo, lançar títulos no mercado internacional, que seriam garantidos com o dinheiro dos países industrializados.

Para os brasileiros, Mulford não guardou a boa surpresa. Pelo contrário, ele foi sempre sincero nas suas

respostas. Explicou que são mais de 30 países em situação semelhante ao Brasil. "O Palácio do Planalto está muito interessado em discutir o acordo no final do ano, mas antes precisa fortalecer sua economia", afirmou Mulford. "Não vamos aguardar a realização das eleições presidenciais para integrarmos o país no processo de redução da dívida. O fator chave é o desempenho econômico brasileiro".

Análise — Depois, Mulford analisou a economia brasileira. "A economia do Brasil é muito problemática. O desempenho externo é muito bom, mas internamente há problemas como a inflação, que deve ser focalizado como prioridade pelas autoridades. Os Estados Unidos, esclareceu o sub-secretário do Tesouro americano, sempre atenderam aos pedidos de liquidez dos países em dificuldades. "Caso o país melhore o seu desempenho econômico, estamos dispostos a conceder novos empréstimo, mas até agora ninguém pediu nada", repetiu.

Mulford lamentou a suspensão do programa brasileiro de conversão de parcelas da dívida externa em investimento de risco. Nesse ponto, deu um conselho às autoridades brasileiras: "O Chile usou essa técnica com muito sucesso, reduzindo cerca de 38% de sua dívida total. É certo que há problemas de base monetária, mas se as conversões forem utilizadas para uma programa de privatizações, esses problemas serão amortizados". Por fim, Mulford recomendou ao governo brasileiro jamais estabelecer uma moratória unilateral do pagamento dos juros da dívida. "Mesmo atraso de pagamento torna-se muito prejudicial para o próprio devedor."